



É tempo de unidade e acção

Recuperar os rendimentos e os direitos roubados
Aplicar os direitos adquiridos
Conquistar melhores salários e melhores condições de trabalho

Praticamente no final do período de férias, é tempo de prosseguirmos a luta permanente que temos de travar, pela defesa dos direitos e por melhores condições de vida e de trabalho.

A experiência que adquirimos nos últimos anos, na luta contra a política de exploração e empobrecimento, que se intensificou a partir de 2008, primeiro com os cortes nos direitos sociais e laborais iniciados pelo

governo PS e depois com o programa de agressão da "troika", aplicado pelo PSD/CDS, mostra-nos que não podemos descansar à sombra dos direitos adquiridos. É preciso lutar com todas as nossas forças para os defender e para os fazer aplicar nas empresas, sem esquecer que temos de recuperar, o mais rapidamente possível, tudo o que os Governos da política de direita nos roubaram ao longo destes anos.

Recuperação que poderá ser facilitada se das próximas eleições legislativas resultar a

derrota dos responsáveis por estas políticas e o reforço daqueles que sempre estiveram ao lado de quem trabalha.

Mas, se a defesa dos direitos é fundamental para garantir condições dignas de trabalho

e para proteger os trabalhadores da arbitrariedade e da prepotência patronal, a melhoria dos salários é indispensável para se alcançar a melhoria das condições de vida. As lutas vitoriosas que se traduziram em aumentos salariais significativos

para milhares de trabalhadores, no primeiro semestre deste ano, mostram que vale a pena lutar e que é possível à generalidade do patronato pagar melhor.

O caminho a seguir é avançar com a apresentação de propostas reivindicativas e lutar por elas com unidade, determinação e confiança.

Para levar a bom termo esta justa luta, os trabalhadores sabem que podem contar com a organização do nosso sindicato e com o apoio da Fiequimetal e da CGTP-IN.

Temos de recuperar, o mais rapidamente possível, tudo o que os Governos da política de direita nos roubaram ao longo destes anos.



É PRECISO TER MEMÓRIA

No momento em que temos nas mãos a possibilidade de pôr fim à política de direita, compete-nos relembrar o mal que causaram aos trabalhadores e ao país e alertar para a importância da utilização do voto como forma de luta, contribuindo para a construção de uma verdadeira alternativa de esquerda, que sirva os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Na hora de votar

É preciso não esquecer quem foram os responsáveis pelo agravamento das injustiças e desigualdades; pelo ataque aos direitos sociais e laborais e pelo empobrecimento generalizado dos trabalhadores e do País.

É preciso não esquecer !

A brutal redução do poder de compra dos salários;

- Congelamento do Salário Mínimo Nacional durante 4 anos;
- O congelamento dos salários na maioria das empresas;
- Os cortes de salários e direitos nas empresas do Sector Empresarial do Estado;
- Redução do pagamento das horas extra e, em muitos casos, do trabalho nocturno;
- O aumento brutal dos impostos, em particular do IRS e do IVA, penalizando os trabalhadores;
- Bloqueio da contratação colectiva, dificultando ou mesmo impedindo a revisão dos contratos colectivos de trabalho.

Um milhão e duzentos mil trabalhadores recebem menos de 600,00 Euros;

750 mil recebem apenas o Salário Mínimo Nacional;

Os trabalhadores a receber o salário mínimo passaram de 11,7% em 2009 para mais de 20% em 2014.

É preciso não esquecer!

A imposição de trabalho gratuito

- O roubo de 4 feriados;
- Eliminação o descanso compensatório;
- Redução de 3 dias de férias (majoração);
- Introdução dos banco de horas no código do trabalho (na prática significa horas extra à borla);
- A desregulação dos horários de trabalho, pondo em causa a vida pessoal e familiar de milhares de trabalhadores;

Cerca de 3,8 mil milhões de Euros correspondentes ao trabalho não pago passaram para as mãos dos patrões.

É preciso não esquecer

Os despedimentos mais fáceis e baratos

- Alargamento dos critérios para despedimento;
- Redução da indemnização por despedimento, passando de 1 mês para 12 dias por cada ano de trabalho;
- Aumento da precariedade, com o alargamento do número de renovações dos contratos a prazo, estágios profissionais, contratos de inserção, etc.

Mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores estão no desemprego ou no subemprego e mais de 500 mil - na maioria jovens - foram forçados a emigrar.

Um dos objectivos do sindicato, consagrado nos Estatutos, é "defender as liberdades democráticas, os direitos e conquistas dos trabalhadores e das suas organizações, combatendo a subversão do regime democrático e reafirmando a sua fidelidade

ao projecto de justiça social iniciado com a Revolução de Abril". É dever da direcção do sindicato alertar os trabalhadores, para as situações em que os direitos estejam ameaçados, e promover as lutas que se revelem necessárias para os defender.

É preciso não esquecer As desigualdades sociais

- Corte ou redução drástica do abono de família, atingindo mais de 500 mil crianças;
- Diminuição do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego;
- Aumento da idade de reforma e redução do valor das reformas;
- Aumento das taxas moderadoras e introdução do pagamento na maioria dos serviços;
- Degradação do Serviço Nacional de Saúde, da Segurança Social, da Escola Pública e da generalidade dos serviços do Estado.

**A parte da riqueza produzida que vai para os ordenados baixou de 36,1% para 34,5%;
A parte dos lucros subiu de 41,6% para 43,3%.**

É preciso não esquecer As privatizações ao desbarato

- Entrega de empresas e serviços públicos essenciais para as populações e estratégicos para o país ao capital privado e ao domínio do estrangeiro.
- São casos escandalosos, mais recentes, a EGF (detentora de empresas de resíduos sólidos, entre as quais a Valorsul e Amarsul), EDP e REN, TAP, CP Carga e outras, entre as quais se inclui a água.

**Nos últimos dois anos, o número de milionários cresceu perto de 30%.
Os 10% mais ricos detêm 60% de toda a riqueza nacional.**



É preciso não esquecer

Que a política de direita foi partilhada pelo PS, PSD e CDS, nos últimos 39 anos.

Que a política de austeridade e empobrecimento foi brutalmente agravada pelo PSD/CDS nos últimos 4 anos.

Que a dívida do Estado que em 2006 era de 67,2% do PIB, passou para 130,2% em 2014.

**Vamos votar em quem defende os interesses dos
trabalhadores, do povo e do País.**

**Este é o momento de acabar com
a política de direita.**

7 Reivindicações urgentes

para melhorar as condições de vida e de trabalho e dinamizar o sector produtivo.



1 – Aumento geral dos salários

O valor do aumento a apresentar em cada empresa deve ter como referência os seguintes critérios:

- Reposição do poder de compra perdido nos últimos anos;
- Melhoria efectiva do valor real do salário;
- Garantia de que nenhum trabalhador tenha um aumento inferior a 40,00 euros.

2 – Fim da precariedade

- Contrato de trabalho efectivo para os trabalhadores com vínculo precário que ocupam postos de trabalho permanentes.

- Para todos os trabalhadores que permaneçam com trabalho a prazo ou temporário;

- Aplicação do direito à categoria profissional de acordo com as funções, assim como, salário, direitos e condições de trabalho iguais aos que se aplicam aos demais trabalhadores da empresa.



3 - Eliminação de todas as discriminações

- Cumprimento do princípio de salário igual para trabalho igual ou de igual valor;
- Integração no salário de todos os prémios discriminatórios;
- Regulamento dos prémios que se mantenham, de forma a não colidirem com os direitos e a garantir um efectivo controlo pelos trabalhadores;
- Igualdade de direitos, independentemente do vínculo laboral.

4 – Redução progressiva do horário de trabalho, com vista a atingir as 35 horas semanais

- Implementação de horários que respeitem os limites diário e semanal;
- Os dois dias de descanso semanal e o princípio da conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar.



5 – Melhoria do regime de trabalho por turnos

- Minorar os riscos para a saúde e os prejuízos causados aos trabalhadores por esta forma de organização do horário.

6 - Melhoria das condições de trabalho

- Eliminação dos riscos detectados;
- Cumprimento das normas sobre saúde e segurança no trabalho, constantes da legislação em vigor.

7 – Cumprimento integral dos direitos dos trabalhadores

- Os que emergem da contratação colectiva;
- Os constantes da Constituição da República, do Código do Trabalho e demais legislação em vigor;
- Os direitos adquiridos decorrentes dos usos e costumes nas empresas.

Pelo salário, pelo emprego, pelos direitos, por melhores condições de vida e trabalho.

Vamos levar a luta ao voto



Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacéutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas - CGTP-IN

